

HABEAS CORPUS Nº 544.305 - MS (2019/0334435-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS - MS004313
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ELIEL MUNIZ SPENCE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ELIEL MUNIZ SPENCE no qual aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no julgamento da Apelação n. 0001442-61.2014.8.12.0014.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 6 (seis) anos e 11 (onze) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções dos artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, e artigos 180 e 304, do Código Penal.

No julgamento da apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa, mantendo incólume a sentença condenatória.

Sustenta a impetrante que não houve fundamentação idônea na escolha do regime prisional mais gravoso.

Evoca os enunciados das Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Defende o abrandamento do regime inicial, nos termos do art. 33 do CP, levando em consideração a primariedade do paciente e a quantidade da pena aplicada.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja mitigado o regime prisional para o semiaberto.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às e-STJ fls. 370-371, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Infere-se que além do presente *mandamus* foi interposto nesta Corte o **HC n. 542.363/MS**, também impugnando a decisão que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa e buscando a fixação do regime prisional semiaberto para o início do cumprimento da pena pelo paciente.

Assim, observa-se que neste *writ* tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *habeas corpus*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade da ação em apreço.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO

INTERNACIONAL DE DROGAS. DISCUSSÃO ACERCA DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REITERAÇÃO DE PEDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A questão objeto do mandamus foi levantada também no recurso especial, o qual foi inadmitido na origem. Contra essa decisão, foi interposto o ARESp n. 869.922/SP, desprovido por esta Quinta Turma, com fundamento no Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. Não se admite nova manifestação sobre o tema com o objetivo de contradizer o que ficou decidido no agravo em recurso especial, isto é, não pode esta Turma reexaminar a mesma questão para, concluindo que ela não demanda reexame de provas, acolher a pretensão do agravante.

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no HC 419.346/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 19/02/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS. MATÉRIA JÁ APRECIADA POR ESTA CORTE SUPERIOR. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r.

decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Na hipótese, o pleito de afastamento das qualificadoras previstas no art. 121, § 2º, inciso III (perigo comum), e IV (recurso que impossibilitou a defesa das vítimas), por serem incompatíveis com o dolo eventual, configura mera reiteração de pedido já apreciado no bojo no ARESp n. 745442/SP, o que inviabiliza o processamento do writ.

Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 426.289/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator